



1º SIMULADO PARA 1ª FASE

**XXXIII**

**EXAME DE ORDEM**

PROVÃO NACIONAL DE  
BOLSAS

## PROVA OBJETIVA

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-OAB-31-07>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB**

Priscila Ferreira

**Questão 1**

Igor Maciel, recém-formado em direito, conseguiu um emprego para laborar em determinado Cartório de Notas. Após insistentes tentativas, Igor conseguiu a sua aprovação no Exame de Ordem e ora pretende se inscrever de imediato como advogado, e paralelamente continuar a trabalhar no Cartório.

Diante dos fatos apresentados, assinale a alternativa correta.

- a) Igor não poderá se inscrever nos quadros da OAB, já que exerce atividade incompatível para o exercício da advocacia.
- b) Igor não poderá se inscrever nos quadros da OAB, já que se tornou impedido para o exercício da advocacia.
- c) Igor poderá se inscrever nos quadros da OAB, mas não poderá intentar ações frente a Administração Pública.
- d) Igor apenas poderá se inscrever nos quadros da OAB, se houver autorização do Conselho Seccional competente.

**Questão 2**

Cabral, advogado, foi apenado com sanção disciplinar de exclusão, após regular processo disciplinar. Considerando que o advogado praticou crime patrimonial e pretenda retornar aos quadros da OAB, após o cumprimento de sua pena, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado não mais poderá retornar aos quadros da OAB, após a aplicação da sanção disciplinar de exclusão.
- b) Autoriza-se ao advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, três anos após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento.
- c) O advogado poderá requerer, um ano após o cumprimento da sanção, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento e, ainda, o pedido de reabilitação dependerá também da correspondente reabilitação criminal.
- d) O advogado apenas deverá fazer prova de sua reabilitação criminal para fins de retornar aos quadros da OAB.

**Questão 3**

Vanessa Lady foi surpreendida com a instauração de um Processo Disciplinar, em razão de uma denúncia realizada por um ex-cliente no Conselho Seccional. Contudo, ao adentrar no escritório,

após a sua cientificação do processo disciplinar, foi surpreendida com a notícia de que todos os seus colegas de trabalho já possuíam ciência do teor do processo.

Neste sentido, acerca das regras do Estatuto da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) O processo disciplinar pode ser acessado por qualquer pessoa, diante da sua natureza pública.
- b) O processo disciplinar tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.
- c) O processo disciplinar tramita em sigilo, até a instância recursal, só tendo acesso às suas informações as partes e a autoridade judiciária competente.
- d) O processo disciplinar apenas tramitará em sigilo, se houver solicitação da parte interessada.

#### Questão 4

A advogada, Pedrita, representa a empresa "X" em juízo e, após a devida autorização judicial, promove o levantamento da quantia depositada pelo réu. Contudo, a empresa ora alega que os valores depositados não lhe foram repassados, tudo indicando a apropriação de valores pela advogada, a qual ainda se recusa a prestação de contas.

Acerca da penalidade que poderá ser aplicada a advogada, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada poderá ser penalizada com censura, caso nunca tenha sido punida anteriormente.
- b) A advogada poderá ser suspensa pelo prazo de até 12 (doze) meses e, ainda, cumulado com penalidade pecuniária.
- c) A advogada poderá ter a sua inscrição cancelada até que satisfaça integralmente a dívida.
- d) A advogada poderá ser suspensa por prazo indeterminado até que satisfaça integralmente a dívida, inclusive com correção monetária.

#### Questão 5

Dra. Priscilinha Ferreira, advogada trabalhista, apresenta requerimento ao Presidente do Conselho Seccional da OAB/SP. Contudo, o pleito da advogada foi indeferido, e sem maiores justificativas. Inconformada, a advogada pretende recorrer e, segundo as regras do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, caberá recurso ao

- a) Conselho Federal da OAB.
- b) Presidente do Conselho Federal da OAB.
- c) Presidente do Tribunal de Ética da OAB.
- d) Conselho Seccional da OAB.

### Questão 6

Dra. Bel ingressou com várias ações na esfera civil, bem como efetuou diversas defesas na seara trabalhista para uma grande empresa que a contratou como advogada. Os valores a serem pagos a título de honorários foram previamente pactuados, mas a empresa não adimpliu com os valores, mesmo após o intenso trabalho da advogada.

Inconformada com a situação, a advogada renunciou ao mandato que lhe foi conferido, e reteve alguns bens da empresa que estavam em sua posse, com o único objetivo de garantir o pagamento da dívida.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A retenção dos bens é lícita, desde que conste expressamente no contrato, como forma de quitação dos honorários.
- b) A advogada poderá reter os bens do cliente, caso realize requerimento expresso ao Conselho Seccional competente.
- c) A advogada não pode reter os bens da empresa, de forma que é obrigada a, diante da renúncia, devolver ao cliente os bens, valores e documentos que lhe hajam sido confiados.
- d) Apenas a conclusão da causa autoriza a advogada a reter os bens da empresa, hipótese que também deverá estar prevista em contrato.

### Questão 7

O Advogado, Pedro Lima, foi duramente criticado em audiência, em território a que está vinculada a Subseção, ao ponto de realizar um boletim de ocorrência, em razão das graves ofensas que o advogado da parte contrária lançou contra ele e com o único intuito de impactar as testemunhas ali presentes.

Tendo ciência que o advogado pretende a realização do desagravo público pela Ordem dos Advogados, assinale a alternativa correta acerca das regras de Competência.

- a) Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo pode ser promovida pela diretoria ou conselho da Subseção, com representação do Conselho Seccional.
- b) Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo deve ser promovida perante o Conselho Seccional, com representação do Conselho Federal.
- c) Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo deve ser promovida no Conselho Federal.

d) Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo pode ser promovida no Conselho Seccional, ou ainda, pelo conselho da Subseção, a critério do ofendido.

### Questão 8

Nagib é advogado, além de Conselheiro Federal da OAB há dez anos e, em razão de seu extenso conhecimento das regras éticas da OAB, de forma recorrente é contratado para realização de pareceres em sede de processos disciplinares de seus colegas advogados.

Contudo, recentemente a OAB recebeu uma denúncia acerca da prática realizadas por Nagib, o qual passou a ser questionado.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Nagib, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB, não poderá em nenhuma hipótese atuar em processos que tramitem perante a entidade, e tampouco oferecer pareceres destinados a instruí-los.
- b) Nagib, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB, não poderá atuar em processos que tramitem perante a entidade, não havendo vedações apenas para fins de pareceres.
- c) Nagib, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB, poderá atuar apenas em causa própria perante a processos que tramitem perante a entidade.
- d) Nagib, enquanto exercer cargos ou funções em órgãos da OAB, poderá atuar em processos que tramitem perante a entidade, bem como oferecer pareceres destinados a instruí-los, salvo em caso de incompatibilidade ou impedimento, a ser verificado.

## FILOSOFIA DO DIREITO

---

Jean Vilbert

### Questão 9

Sobre os modelos de distribuição de bens sociais, é CORRETO afirmar:

- a) A meritocracia ela é um modelo que distribui riqueza e oportunidades conforme estamentos bem identificados.
- b) A meritocracia promove necessariamente a abertura material do acesso aos bens sociais.
- c) O sistema de castas tem como fundamento o mérito familiar.
- d) A aristocracia é um sistema social materialmente fechado à mobilidade.

### Questão 10

Sobre o pensamento neocontratualista, é CORRETO afirmar:

- a) Identifica o surgimento da sociedade como algo natural ao ser-humano.
- b) Retoma a ideia de contrato social, mas de uma perspectiva hipotética, não histórica.
- c) A sociedade é formada quando o homem abandona o estado de natureza e firma o pacto social.
- d) Entende que a escolha das cláusulas do contrato social é uma questão vã.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

---

Diego Cerqueira

### Questão 11

Osvaldo, Presidente da República, encaminhou projeto de lei complementar de sua iniciativa privativa a Câmara dos Deputados. Na referida Casa o projeto foi aprovado pela maioria simples dos membros, sendo remetido ao Senado Federal.

Na Casa Revisora ocorreu a aprovação de emendas que não afetavam a essência do projeto. Tal aprovação também foi por maioria simples. Com isso o projeto foi encaminhado ao Presidente da República, que sancionou e promulgou a Lei nº XXX.

De acordo com o caso prático e com base na Carta Magna, assinale a afirmativa correta.

- a) há vício em relação ao quórum de aprovação.
- b) há vício em relação à sanção e à promulgação.
- c) há vício em relação ao não retorno do projeto à Casa Iniciadora.
- d) não há vícios.

### Questão 12

Dois partidos políticos estavam analisando a possibilidade de celebrarem uma coligação para as próximas eleições. O objetivo é potencializar as chances dos seus candidatos.

Ao consultarem as assessorias jurídicas de ambos os partidos, chegaram a conclusão de que:

- a) as coligações podem ser celebradas nas eleições majoritárias e nas proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- b) as coligações podem ser celebradas apenas nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- c) as coligações podem ser celebradas apenas nas eleições proporcionais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

d) as coligações podem ser celebradas apenas nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

### Questão 13

Joana nasceu na República Federativa do Brasil, de pais estrangeiros que não estavam a serviço de seu país. Pietra é italiana, residente na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação penal e requereu a nacionalidade brasileira. O pleito de Pietra foi deferido. Elas foram acusadas e condenadas pela prática de um crime no País Beta, que solicitou a extradição de ambas ao Estado brasileiro. À luz da sistemática constitucional vigente:

- a) apenas Pietra pode ser extraditada, caso se trate de crime comum praticado antes da naturalização ou de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- b) Joana pode ser extraditada, caso se trate de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, ou de crimes contra a humanidade.
- c) apenas Pietra pode ser extraditada, caso se trate de crime comum praticado depois da naturalização.
- d) Joana e Pietra não podem ser extraditadas, qualquer que seja o crime praticado.

### Questão 14

Pais chateados com o recente fechamento de escolas apresentaram requerimento ao município, visando uma autorização para protestarem por meio de uma manifestação pacífica na praça pública em que se localiza a escola. O pedido foi negado pela autoridade pública competente. O argumento foi que a referida reunião frutaria outra que tinha sido convocada anteriormente e aconteceria no mesmo horário e local.

De acordo com a Constituição, os pais utilizaram do instrumento:

- a) Incorreto, porque o direito de reunião não requer autorização, a CF/88 exige apenas o prévio aviso. A jurisprudência do STF firmou o entendimento que a exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.
- b) Correto, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar mandado de segurança contra a decisão que negou o referido pedido.
- c) Incorreto, porque o direito de reunião requer medida judicial.
- d) Correto, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar *habeas corpus* contra a decisão que negou o referido pedido.

### Questão 15

O Estado X aspira instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Visando colocar em prática a pretensão descrita acima, o ente federativo procurou assessoramento jurídico para saber qual instrumento deve utilizar para que tal medida seja concretizada. Assim, assinale a alternativa que corresponde ao instrumento que deve ser utilizado.

- a) lei complementar federal.
- b) medida provisória estadual.
- c) lei ordinária estadual de iniciativa do Poder Executivo.
- d) lei complementar estadual de iniciativa parlamentar.

### Questão 16

Foi constatado através de ampla investigação que Silvio, Ministro de Estado, praticou crimes de responsabilidade. Alguns juristas ficaram em dúvida sobre o processo e julgamento do Ministro. De acordo com sistema jurídico-constitucional vigente, assinale a alternativa correta.

- a) Silvio será processado e julgado pelo Senado Federal.
- b) Silvio será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) Silvio será processado e julgado pelo Congresso Nacional.
- d) Silvio será processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

### Questão 17

O partido “Somos do Povo” promoveu ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal contra determinada lei federal. O STF não declarou a inconstitucionalidade. Alguns juristas discutiam a possibilidade de apresentação de recurso contra a ADI. Com base no ordenamento jurídico vigente, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível o agravo de instrumento.
- b) Tal decisão é irrecorrível, salvo a apresentação de embargos de declaração.
- c) É cabível apelação.
- d) É cabível recurso ordinário constitucional.

## DIREITOS HUMANOS

---

Ricardo Torques

### Questão 18

O Tribunal Penal Internacional (TPI), previsto e criado pelo Estatuto de Roma em 1998, iniciou seus trabalhos em julho de 2002. Em abril de 2020, a desembargadora Mônica Sifuentes, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi indicada para concorrer a uma vaga na referida corte. Se aprovada, a magistrada seria a segunda brasileira a ocupar uma cadeira no TPI desde a sua criação – a primeira foi a jurista Sylvia Steiner. Ao acompanhar o noticiário e essas informações, sua família questionou se o Brasil não poderia deixar a cargo do Tribunal o julgamento dos casos mais graves envolvendo violação aos direitos humanos e tráfico internacional de drogas.

Ao perceber que o tema despertou a curiosidade de todos, você, como advogado atuante na defesa dos direitos humanos, explica que o Tribunal Penal Internacional:

- a) é uma instituição transitória, atuando apenas em face de crimes contra a humanidade, a exemplo de guerras e atentados terroristas.
- b) é uma instituição com sede em Haia e, sempre que entender conveniente, poderá funcionar em outro local. O Tribunal tem personalidade jurídica internacional e poderá exercer seus poderes e funções apenas no território dos Estados signatários do Estatuto de Roma.
- c) é uma instituição permanente, cuja competência está restrita aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional, a exemplo do genocídio, dos crimes contra a humanidade e crimes de guerra.
- d) poderá julgar crimes cometidos a qualquer tempo, ainda que anteriores a entrada em vigor do Estatuto de Roma.

### Questão 19

Pedro é uma pessoa com deficiência e, em razão da sua idade já avançada, desconhece os direitos voltados à sua proteção. Seu neto, jovem estudante de Direito, após participar de uma semana de conscientização, chega em casa querendo demonstrar o que aprendera.

Com base na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, pode-se afirmar que:

- a) Pedro pode ser enquadrado como pessoa com deficiência por apresentar impedimentos de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

- b) Considera-se como adaptação razoável o ajuste necessário e adequado que, sem acarretar ônus desproporcional ou indevido, assegura que Pedro possa gozar ou exercer, em igualdade com as demais pessoas, todos os seus direitos humanos e liberdade fundamentais. A recusa de adaptação razoável, quando requerida, será considerada como ilícito civil, cabendo a propositura de ação indenizatória, mas não configura discriminação.
- c) Embora extremamente relevante no cenário internacional e impactante nos ordenamentos jurídicos internos, a Convenção não prevê a utilização de relatórios como forma de averiguação do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados.
- d) Havendo violação dos direitos previstos na Convenção, admite-se a utilização de petições individuais ao Comitê. Em algumas hipóteses, a comunicação individual não será admitida, a exemplo da ausência de esgotamento dos recursos internos disponíveis e se a comunicação não estiver sido fundamentada suficientemente.

## DIREITO INTERNACIONAL

---

Vanessa Arns

### Questão 20

Romeu é brasileiro naturalizado e casado com Julieta, de nacionalidade italiana. Romeu foi transferido pela empresa automotiva onde trabalha para o Uruguai, estabelecendo-se com sua esposa em Montevidéu. Em 2019, nasceu William, filho do casal, que foi registrado na repartição consular do Brasil.

De acordo com as normas constitucionais vigentes, assinale a afirmativa correta.

- a) William não pode ser considerada brasileiro nato, pois a nacionalidade brasileira de seu pai foi adquirida de modo derivado e pelo fato de sua mãe ser estrangeira.
- b) William é brasileiro nato, pelo simples fato de seu pai, brasileiro, ter sido transferido por motivo de trabalho.
- c) William somente será brasileiro nato se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.
- d) William é brasileiro nato, não constituindo óbice o fato de seu pai ser brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

### Questão 21

Akira, ex-jogador de futebol japonês, após jogar em Liverpool, deixa a Inglaterra, sabendo que existe uma investigação sobre o seu passado. Decide fixar residência no Brasil, já que casado com Cláudia, nipo-brasileira, com a qual tem cinco filhos menores de idade. Algum tempo depois, já tendo -se naturalizado brasileiro, o governo da Inglaterra pede a sua extradição em razão de sentença que o condenou por crime comum praticado quando jogador no país.

Tal extradição:

- a) não pode ser concedida, já que o Brasil não extradita seus nacionais naturalizados.
- b) não pode ser concedida, porque o extraditando tem esposa brasileira e filhos menores
- c) pode ser concedida, porque o extraditando não é brasileiro nato.
- d) pode ser concedida se o país de origem do extraditando tiver tratado de extradição com o Brasil.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

---

Rodrigo Martins

### Questão 22

O Senado Federal pretende aprovar Resolução fixando as alíquotas mínimas do IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal. Essas alíquotas mínimas deverão ser observadas por todas as entidades tributantes. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) Acaso aprovada, tal Resolução será inconstitucional, pois representa uma ingerência do Poder Legislativo Federal em matéria da competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal.
- b) O Senado Federal pode fixar as alíquotas mínimas do IPVA.
- c) As alíquotas mínimas do IPVA devem ser fixada por meio de Medida Provisória expedida pelo Presidente da República.
- d) O Senado Federal poderá fixar as alíquotas mínimas do IPVA somente se observar o critério da progressividade das alíquotas constitucionalmente previsto para tal imposto.

### Questão 23

Pedro e João são coproprietários de um imóvel localizado na área urbanizável do Município X. No ano passado este Município aprovou uma lei que isenta os aposentados do pagamento do IPTU, sendo esta a condição pessoal de João, aposentado há mais de cinco anos. No Município X o IPTU é lançado juntamente com a Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar. Com base na hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) A isenção do IPTU é extensiva à Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar.
- b) Imóvel localizado em área urbanizável do Município não está sujeito à incidência do IPTU.
- c) O STF já decidiu que a Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar é inconstitucional.
- d) Sendo um caso de isenção pessoal, a lei concessiva não exonera Pedro, que permanece obrigado a pagar o saldo remanescente, descontada a parcela isenta em favor de João.

**Questão 24**

Maria, proprietária de um imóvel residencial, firmou contrato de locação com Joana. Neste contrato, que foi intermediado por empresa administradora de bens (imobiliária), restou pactuado que a locatária, Joana, é responsável pelo pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel. Com base na hipótese, acaso a locatária não cumpra a obrigação de pagar o IPTU na data do seu vencimento, após a inscrição do débito na Dívida Ativa, o Município deverá ajuizar Execução Fiscal de cobrança em face de:

- a) Maria, Joana e da imobiliária, que respondem solidariamente pelo débito.
- b) Joana, e acaso não pago o débito, poderá redirecionar a cobrança em face de Maria, que responde subsidiariamente pelo pagamento.
- c) Maria, pois um contrato de locação não pode ser oposto à Fazenda Pública para modificar a sujeição passiva tributária.
- d) Joana, ante o que fora estabelecido no contrato de locação, que é lei entre as partes.

**Questão 25**

Rogério foi citado em Execução Fiscal para pagar determinado débito tributário ou apresentar bens à penhora no prazo legal. Como ele permaneceu inerte, o Procurador da Exequente requereu a decretação da indisponibilidade dos seus bens e direitos, no montante de duas vezes o valor do débito executado, o que foi deferido pelo Juiz, como forma de garantir a efetividade da execução. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A inércia do executado, após a citação, é suficiente para a decretação judicial de indisponibilidade dos seus bens e direitos, de modo a garantir a efetividade da execução, sendo desnecessária qualquer outra providência.
- b) A decretação de indisponibilidade de bens e direitos não pode ser deferida em processo de Execução Fiscal.
- c) A decretação de indisponibilidade de bens e direitos pode atingir o montante de até três vezes o valor do débito executado, como forma de garantir a efetividade da execução.
- d) O Juiz poderia ter decretado a indisponibilidade de bens e direitos somente após o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros (BACENJud) e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.

**Questão 26**

Clóvis da Silva receberá uma indenização pela sua adesão ao Programa de Demissão Voluntária promovido pela empresa onde trabalha. Sobre a hipótese, é correto afirmar que Clóvis:

- a) Deverá pagar IR - Imposto de Renda sobre tal valor, já que ele representa acréscimo patrimonial.
- b) Não deverá pagar IR - Imposto de Renda sobre tal valor, já que se trata de verba sui generis.

- c) Deverá pagar IR - Imposto de Renda sobre tal valor, com base no Princípio da Isonomia tributária.
- d) Não deverá pagar IR - Imposto de Renda sobre tal valor, devido à sua natureza indenizatória.

---

## DIREITO ADMINISTRATIVO

---

Igor Maciel

### Questão 27

Matheus foi preso em 2015 pelo crime de homicídio doloso e condenado a 12 anos de reclusão. Em 2021, cumprida metade da pena, Matheus cometeu suicídio. Diante dessa situação, é correto afirmar, acerca da responsabilidade civil do estado, o seguinte:

- a) há responsabilidade civil do Estado, em razão da adoção da Teoria do Risco Integral.
- b) há responsabilidade civil do Estado, porém a indenização devida à família de Matheus será reduzida à metade, pois somente foi cumprida metade da pena.
- c) há responsabilidade civil do Estado, pois é dever objetivo do Estado zelar pela integridade física e moral do preso sob sua custódia.
- d) não há responsabilidade civil do Estado, pois o suicídio de um detento se trata de caso fortuito.

### Questão 28

Zezinho, prefeito do Município Vila dos Honestos, celebrou contrato de locação de um prédio público municipal com Nicolau por menos da metade do valor de mercado. Em investigação posterior, ficou constatado que Nicolau havia transferido a Zezinho a propriedade de uma fazenda, em troca do “desconto” no valor da locação do imóvel. Assinale a alternativa correta acerca do ato ímprobo cometido:

- a) Apenas Zezinho será responsabilizado, pois cometeu ato de improbidade administrativa, pois facilitou a locação de imóvel público por preço inferior ao valor de mercado.
- b) Tanto Zezinho quanto Nicolau serão responsabilizados pelo cometimento de ato de improbidade administrativa que atenta contra princípios da Administração Pública, tendo em vista que violaram os princípios da Legalidade e da Moralidade.
- c) Apenas Zezinho deverá ser responsabilizado pelo cometimento de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
- d) Tanto Zezinho quanto Nicolau serão responsabilizados pelo cometimento de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

**Questão 29**

No ano de 2019, Claudete foi aprovada em concurso público para o cargo de engenheira mecânica da Petrobras. Em 2021, Claudete prestou novo concurso público, desta vez para o cargo de analista no TRE-BA, para o qual também foi aprovada. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Claudete não poderá acumular os dois cargos, pois a proibição constitucional para acumulação remunerada de cargos também se estende às sociedades de economia mista.
- b) Claudete poderá acumular os dois cargos, desde que haja compatibilidade de horários, pois a proibição constitucional para acumulação remunerada de cargos somente se estende às autarquias e fundações públicas.
- c) Claudete poderá acumular os dois cargos, independentemente de haver compatibilidade de horários, pois a proibição constitucional para acumulação remunerada de cargos somente se estende às autarquias e fundações públicas.
- d) Claudete não poderá cumular os dois cargos, pois a acumulação só é possível quando os cargos pertencem ao mesmo ente da Federação.

**Questão 30**

Pedro Paulo é interessado em processo administrativo federal regulado pela lei 9.874/99. Foi intimado por via postal com aviso de recebimento, na quarta-feira, para comparecimento na sexta-feira, a fim de se efetivar uma diligência. Acera da situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) A intimação será nula, pois apesar de respeitar o prazo mínimo de 2 dias úteis de antecedência quanto à data de comparecimento, não é possível que seja feita por via postal coma viso de recebimento.
- b) A intimação será válida, pois respeita o prazo mínimo de 2 dias úteis de antecedência quanto à data de comparecimento, além de ser possível que seja feita por via postal coma viso de recebimento.
- c) Caso Pedro Paulo desatenda à intimação, isso importará o reconhecimento da verdade dos fatos.
- d) A intimação realizada com antecedência de 2 dias úteis quanto à data de comparecimento é nula, porém o comparecimento de Pedro Paulo supre a irregularidade.

**Questão 31**

A empresa Obras Legais celebrou contrato de reforma de edifício público pertencente ao Município Bons Ventos. Ocorre que, após certo tempo, o Poder Público solicitou à Obras Legais, nas mesmas condições contratuais, um acréscimo nas obras de 45% do valor inicial atualizado do contrato. Sobre essa situação, pode-se afirmar:

- a) Obras Legais não é obrigada a aceitar o acréscimo proposto, tendo em vista que, no caso de obras, o contratado só é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- b) Obras Legais é obrigada a aceitar o acréscimo proposto.
- c) Na hipótese de o acréscimo proposto pela Administração ser de 60%, Obras Legais só seria obrigada a aceitar se houvesse acordo escrito celebrado com o município Bons Ventos.
- d) Se a Administração tivesse proposto supressão (ao invés de acréscimo) de 45%, Obras Legais seria obrigada a aceitar.

### Questão 32

A Jerônimo é servidor público federal há 10 anos e, até então, não havia cometido nenhuma falta. Ocorre que, um dia, Katia compareceu à repartição pública na qual Jerônimo trabalha e lhe solicitou que desse fé em um documento público, mas Jerônimo se recusou, sem aparente motivo. Acerca essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) O superior hierárquico de Jerônimo deve aplicar a pena de suspensão no servidor.
- b) A pena a ser aplicada no caso em tela é de advertência.
- c) Se reincidir na falta, Jerônimo será punido com a pena de demissão.
- d) Se houver conveniência para o serviço, a penalidade a ser aplicada em Jerônimo poderá ser convertida em multa na base de 50% por dia de vencimento.

## DIREITO AMBIENTAL

---

Roserval Júnior

### Questão 33

Prefeito de Araras deseja criar uma unidade de conservação de proteção integral com o objetivo básico de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Essa unidade será de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Diante dessas informações, a Unidade de Conservação a ser criada seria:

- a) um Parque Natural Municipal
- b) uma APA
- c) uma APP

d) uma Reserva Legal

### Questão 34

José, proprietário rural, foi orientado por seu advogado a fazer a inscrição do imóvel rural no CAR, a delimitar a área de reserva legal e a preservar as áreas de preservação permanente. A grande preocupação de José é com a proteção do curso d'água que corta a propriedade, pois ele utiliza a água na irrigação de uma horta orgânica. Sendo assim, ele buscou saber o que seria considerado uma Área de Preservação Permanente (APP) e quais as limitações impostas pela legislação ambiental. Segundo o novo Código Florestal Brasileiro, APP é definida como:

a) área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

b) área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

c) área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

d) área explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

### Questão 35

Rodrigo e Roger Moreira acusaram sua madrasta, Fátima, de maus tratos e cárcere privado, contra o pai de ambos. Ainda, pretendem a interdição do pai, Cid Moreira, e o bloqueio dos bens, por acreditarem que o pai não tem condições mais de geri-los e que sua madrasta está se aproveitando da situação do idoso. Revoltado com as acusações dos filhos, Cid Moreira pretende deserdar Roger, que é seu filho adotivo. Sobre o caso, é correto afirmar que:

a) A deserdação é possível, já que Roger é filho adotivo.

b) A deserdação não é possível, porém, Cid Moreira poderá requerer a anulação da adoção, de modo que Roger deixe de ser seu filho.

c) A deserdação apenas é possível nos casos previstos em lei e em uma ação própria para tal.

d) Cid Moreira poderá requerer a deserção no processo de interdição que os filhos moverem, pois as acusações contra a madrasta permitem a deserção.

### Questão 36

João e sua esposa decidiram comprar uma casa. Ao visitarem a casa de Alessandro, ficaram muito interessados, chamando a atenção do casal uma bela mesa que estava na sala de jantar. No contrato firmado entre as partes nada havia a respeito da mesa, mas o casal pensou que ela estava inclusa, pois era o único móvel que estava na casa na hora da visita. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Por se tratar de um acessório, a mesa segue a regra da gravitação jurídica.
- b) Por se tratar de uma pertença, a mesa segue a regra da gravitação jurídica.
- c) A mesa é uma pertença, portanto não abrangida pelo negócio principal.
- d) A mesa estava na casa na hora da visita, assim, a menos que tenha previsão diversa, é abrangida pelo negócio principal.

### Questão 37

Alex era devedor de Pedro da quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Ao realizar o pagamento, recebeu a devida quitação. Sobre o pagamento, assinale a afirmativa correta.

- a) O pagamento é um ato jurídico em sentido estrito, pelo direito acolhe a manifestação de vontade e pré-determina os efeitos que ela terá.
- b) O pagamento é um negócio jurídico, cuja manifestação de vontade não é apenas elemento do núcleo do suporte fático, mas se reconhece o poder de autorregulamento.
- c) O pagamento é um ato jurídico em sentido amplo, sendo um fato jurídico cujo suporte fático tem como núcleo uma exteriorização consciente de vontade, que tenha por objeto obter um resultado juridicamente protegido ou não proibido e possível.
- d) O pagamento é um ato-fato jurídico, sendo que o direito acolhe a manifestação de vontade e pré-determina os efeitos que ela terá.

### Questão 38

José ingressou com um pedido de indenização por danos materiais e morais em desfavor da Companhia de Energia Elétrica Shoks, devido a um fio de energia que arrebentou e o atingiu, causando diversos danos. Durante o curso da ação, José faleceu. Sobre o caso é correto afirmar que

- a) José era o titular do direito à indenização por danos morais e não é possível sua transmissão a terceiros. Assim, seus herdeiros não são legitimados a prosseguir com a ação.
- b) Os herdeiros de José somente podem dar continuidade à ação de indenização por danos materiais, pois a ação de danos morais é personalíssima.
- c) Os herdeiros de José não podem prosseguir com a ação, mas, caso se obtenha decisão favorável, podem receber os valores.
- d) O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular.

### Questão 39

Noé vive em um imóvel há mais de vinte anos e nunca teve oposição nenhuma do proprietário. Ocorre que Noé descobriu que o imóvel foi hipotecado há cerca de três anos e a dívida não foi paga. Sobre o caso, marque a alternativa correta

- a) mesmo que houvesse sentença reconhecendo a usucapião, ela depende do registro para se concretizar, portanto, a hipoteca pode prosseguir.
- b) A sentença declaratória da usucapião não tem efeito retroativo, portanto, a hipoteca ainda permanecerá.
- c) Para adquirir o imóvel pela usucapião, Noé deverá quitar a dívida da hipoteca.
- d) A usucapião não depende de registro para se concretizar e seus efeitos são ex tunc.

### Questão 40

Ana é devedora de Pedro na quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de um contrato de mútuo firmado entre as partes. No contrato ficou determinado que Ana pagaria o valor em dinheiro, em uma parcela única. Contudo, na data acordada do pagamento, Ana não tinha o dinheiro em espécie e ofereceu a Pedro um colar cravejado de diamantes, cujo valor estimado era de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Pedro deverá aceitar a joia no lugar do dinheiro, pois é mais valiosa.
- b) Pedro não é obrigado a aceitar a joia, mesmo que seja mais valiosa.
- c) A escolha da forma de pagamento é da devedora, portanto Pedro deverá aceitar a joia como pagamento.
- d) Pedro não poderá aceitar a joia como pagamento, pois o contrato de mútuo versa sobre bens fungíveis e a joia é bem infungível.

**Questão 41**

Leila, de 71 anos de idade, e Otávio, de 75, pretendem se casar. Ambos têm situação financeira estável e seus filhos concordam com o casamento. Assinale a alternativa correta sobre o caso.

- a) O regime de bens deve ser o da separação obrigatória de bens.
- b) O casal pode escolher livremente o regime, pois a exigência do regime da separação obrigatória de bens apenas se aplica caso uma das partes tenha menos de 70 anos.
- c) Mesmo no regime da separação obrigatória de bens, o cônjuge necessita da autorização do outro para prestar fiança ou aval.
- d) Otávio não pode alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis no regime da separação absoluta de bens.

---

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

---

Ricardo Torques

**Questão 42**

Os alunos do 1º ano do Ensino Médio de um colégio decidem, como comemoração pelo término do ano letivo, viajar para a Argentina. Pesquisaram os preços das passagens, hospedagem e visita aos principais pontos turísticos. Embora quisessem ir sozinhos, os alunos sabiam que não poderiam embarcar e, por isso, pediram que o pai de Pedrinho viajasse também como responsável pelo grupo.

Com base na situação narrada e nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Se o pai de Pedrinho for estrangeiro e residir na Espanha, faz-se necessária autorização de todos os pais permitindo que seus filhos façam a viagem em sua companhia, dispensando-se a autorização judicial.
- b) Para que possa viajar na companhia do pai, Pedrinho precisará de autorização expressa fornecida pela mãe com firma reconhecida.
- c) Todos os adolescentes precisarão obrigatoriamente de autorização judicial para realizar a sonhada viagem para a Argentina.
- d) Em se tratando de viagem internacional, o ECA exige autorização apenas para que as crianças viajem na companhia de terceiros.

**Questão 43**

Paulinho, mais conhecido como “*mão leve*”, está internado por ato infracional equiparado ao crime de roubo. De acordo com as previsões do ECA sobre essa medida, é correto afirmar que:

- a) A internação de Paulinho será feita na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável. As visitas serão, pelo menos, semanais e só poderão ser temporariamente suspensas se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade.
- b) A internação é uma medida privativa de liberdade e orientada pelos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, devendo ser reavaliada, mediante decisão fundamentada do magistrado, no máximo a cada três meses.
- c) A internação, guiada pelo princípio da brevidade, terá duração máxima de dois anos.
- d) Paulinho, enquanto estiver privado de sua liberdade, terá direito a ser tratado com respeito e dignidade, corresponder-se com familiares e amigos e receber visitas, ao menos, mensalmente.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

---

Igor Maciel

### Questão 44

Dionísio adquiriu um aparelho eletrodoméstico de um grande site especializado em artigos para o lar, por meio do comércio eletrônico. O produto foi entregue ao consumidor dentro do prazo estipulado pelo site, contudo, cinco dias após o recebimento do produto, Dionísio entrou em contato com o fornecedor por meio de aplicativo de mensagens de celular para desfazer o negócio. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Dionísio somente poderia exercer o direito de arrependimento se a compra fosse efetuada por telefone ou a domicílio.
- b) Dionísio pode exercer o direito de arrependimento, desde que arque com os custos do frete para a devolução do produto, pois ele deu causa a extinção contratual.
- c) Dionísio tem direito potestativo de desistir do contrato, o que coloca o fornecedor em estado de sujeição.
- d) Dionísio tem direito de arrependimento dentro do prazo de reflexão, desde que a desistência seja motivada.

### Questão 45

Afrodite firmou contrato de seguro de assistência à saúde com a seguradora Mais Vida há mais de dez anos. Quando ela completou sessenta anos de idade, a seguradora reajustou o valor do seu plano de assistência com base em uma cláusula abusiva. Por essa razão, ela procurou você, na qualidade de advogado, pretendendo ajuizar ação visando à declaração de nulidade da cláusula de reajuste e à condenação da contratada em repetição de indébito referente a valores pagos em excesso. Diante dessa situação, você deverá informar corretamente que as parcelas vencidas e pagas em excesso:

- a) prescrevem em três anos, visto que se trata de hipótese de enriquecimento sem causa da empresa contratada.

- b) prescrevem em cinco anos, uma vez que se trata de um fato do produto.
- c) decaem em 90 dias, uma vez que se trata de um vício de serviço durável.
- d) são imprescritíveis, visto que se trata de uma relação jurídica de trato sucessivo.

---

## DIREITO EMPRESARIAL

---

Alessandro Sanchez

### Questão 46

No atual cenário brasileiro, não há dúvidas de que a figura do empresário é deveras importante para a economia, desde a importância no que diz respeito a geração de empregos, até o pagamento de tributos e circulação de produtos, serviços e moeda no País. Sobre a figura do empresário no Brasil, qual alternativa está de acordo com o Código Civil brasileiro?

- a) Ainda que representado ou assistido, o incapaz não pode continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- c) Caso venha a admitir sócios, o empresário individual não poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária, devendo encerrar suas atividades como empresário individual e abrir posteriormente a sociedade empresária.
- d) Não há tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural.

### Questão 47

Os cônjuges podem contratar entre si sociedade,

- a) independentemente do regime de casamento adotado.
- b) desde que não tenham casado no regime de separação de bens, seja este obrigatório ou voluntário.
- c) em nenhum caso, independentemente do regime de casamento adotado.
- d) desde que não tenham casado no regime de comunhão universal de bens ou no de separação obrigatória.

**Questão 48**

De acordo com o Código Civil, a empresa individual de responsabilidade limitada

- a) deverá ter seu nome formado pela inclusão da expressão “EIRELI” antes da firma ou da sua denominação social.
- b) será constituída por dois ou mais sócios, porém apenas a um deles caberá o exercício da atividade constante do objeto social, sob sua exclusiva responsabilidade.
- c) será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não poderá ser superior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- d) poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

**Questão 49**

Modalidade de sociedade na qual a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes. A este tipo de sociedade se dá o nome de:

- a) Sociedade em conta de participação.
- b) Sociedade em comum.
- c) Sociedade personificada.
- d) Empresa individual de responsabilidade limitada.

**Questão 50**

São características da sociedade cooperativa:

- a) Variabilidade, ou dispensa do capital social.
- b) Valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar será ilimitado.
- c) Transferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- d) Concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, com limitação de número máximo.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

**Questão 51**

Amália estava num *happy hour* com as amigas quando recebeu uma notificação do sistema de processo judicial eletrônico no Tribunal: o juiz havia sentenciado um processo que tramitava há menos de dois meses. A felicidade de Amália durou pouco pois tratava-se de sentença sem resolução do mérito. Nesse caso, qual pode ter sido o motivo para tal desfecho?

- a) O juiz pode ter indeferido a petição inicial ou o processo pode ter ficado parado por mais de 30 (trinta) dias por negligência das partes.
- b) O autor, por não promover os atos e diligências que lhe incumbiam, abandonou a causa por mais de um ano.
- c) O juiz verificou a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo ou deparou-se com a ausência de legitimidade da parte.
- d) Houve homologação de transação ou de renúncia à pretensão formulada na ação.

**Questão 52**

Toretto é condutor de uma ambulância do SAMU e, ao saber que o paciente acabara de sofrer uma parada cardíaca, ligou a sirene e cortou todos os semáforos, passou por cima de calçadas e, em meio às manobras, causou grande dano a diversos veículos. Embora compreendessem a situação, os prejudicados decidiram ajuizar uma ação indenizatória em face do Estado para reaver os valores dispendidos nos reparos dos automóveis. Como era de se esperar, os pedidos foram procedentes e o Estado foi condenado.

Com base na situação narrada, pode-se afirmar:

- a) Considerando que a sentença foi proferida contra o Estado, estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos enquanto não confirmada pelo tribunal. No entanto, para que possa ser reexaminada, faz-se necessário que o Estado ajuíze o recurso cabível.
- b) Se o valor da condenação for inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos, a sentença não será submetida à remessa necessária.
- c) O Código de Processo Civil dispensa a remessa necessária apenas com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na causa.
- d) A sentença não será submetida ao reexame pelo Tribunal quando estiver fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, assunção de competência ou reclamação.

**Questão 53**

A coisa julgada é a propriedade que reveste a decisão não mais sujeita a recurso. A liquidação, por sua vez, será realizada quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida. Com base nesses conceitos, assinale a alternativa correta:

- a) Augusto e Antenor poderão, a qualquer momento, discutir questões já decididas e sobre as quais se operou a preclusão, desde que tal debate permita a autocomposição das partes.
- b) Bruna, juíza da 1ª Vara Cível, não poderá decidir novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, ainda que se trate de uma relação jurídica de trato continuado.
- c) Carlos poderá promover o cumprimento da sentença quando a apuração do valor depender apenas de cálculos aritméticos.
- d) Daniel, parte sucumbente na ação, requereu a liquidação da sentença e aproveitou a oportunidade para discutir novamente a lide.

**Questão 54**

Ana Beatriz foi condenada ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos materiais e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em razão de danos morais e estéticos causados a Carlos em um acidente automobilístico. Ao entrar em contato com seu advogado, Ana Beatriz foi informada que:

- a) O cumprimento da sentença, do mesmo modo que ocorre com a liquidação, poderá ser realizado a requerimento do exequente ou do executado.
- b) Ana Beatriz poderá ser intimada para cumprir a sentença pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado, ou por carta com aviso de recebimento.
- c) Se Carlos requerer o cumprimento da sentença após um ano do trânsito em julgado, Ana Beatriz deverá ser intimada pessoalmente por meio de carta com aviso de recebimento.
- d) Carlos poderá levar a decisão a protesto, ainda que não tenha transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

**Questão 55**

Maria Rita foi contratada para revisar os processos antigos de um escritório. O objetivo era verificar a possibilidade de ajuizamento de ação rescisória ou o arquivamento em definitivo. Na primeira semana de trabalho, Maria Rita ficou bastante feliz pois conseguiu detectar duas ações em que a rescisória seria cabível. Nesse caso:

- a) A decisão pode ter sido proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente.
- b) É certo que a ação rescisória proposta deverá ter por objeto toda a decisão.

- c) Os atos de disposição de direitos e homologados pelo juízo, na fase de conhecimento ou de execução, poderão ser rescindidos.
- d) A legitimidade da rescisória está restrita às partes do processo ou aos terceiros juridicamente interessados, sendo vedada ao Ministério Público.

### Questão 56

Inconformada com a decisão que a condenou ao pagamento de danos materiais, morais e estéticos, Ana Beatriz decide recorrer. Considerando a Teoria Geral dos Recursos, pode-se afirmar:

- a) A interposição recursal impede a eficácia da decisão e, desse modo, o exequente ficará impedido de praticar atos expropriatórios.
- b) Caso mude de ideia e decida desistir do recurso, Ana Beatriz deverá peticionar ao juízo informando sua vontade e dependerá da anuência do recorrido.
- c) No ato de interposição recursal, Ana Beatriz deverá comprovar o pagamento do preparo, inclusive porte de remessa e retorno, sob pena de deserção. Caso o processo esteja tramitando virtualmente, será dispensado o recolhimento do porte de remessa e retorno.
- d) Caso Ana Beatriz não comprove o recolhimento do preparo no ato de interposição do recurso, será realizada a sua intimação para que recolha o valor em dobro, sob pena de deserção. Havendo comprovação de que o recolhimento não foi realizado por justo impedimento, o juiz deferirá a Ana Beatriz o prazo de 15 dias para que o efetue.

### Questão 57

O Código de Processo Civil prevê que da sentença cabe apelação e esta foi a medida adotada por Igor ao deparar-se com a improcedência dos pedidos formulados na sua petição inicial. Sobre referida espécie recursal, é correto que:

- a) Igor não poderá apelar de questões resolvidas na fase de conhecimento do processo, visto que estas deverão ser objeto de agravo de instrumento.
- b) A apelação será interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau que, após as formalidades necessárias, remeterá os autos ao tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade.
- c) A apelação interposta por Igor não terá efeito suspensivo e, se for o caso, poderá suscitar as questões de fato não propostas no juízo inferior, desde que comprove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- d) O tribunal não poderá debruçar-se sobre todos os fundamentos do pedido ou da defesa, devendo restringir-se àquele que foi acolhido pelo juízo de 1º grau.

**DIREITO PENAL**

Cristiano Rodrigues

**Questão 58**

No dia 3 de junho de 2019, Vitor, revoltado com a intenção de sua companheira Rosa de terminar o relacionamento, faz um grande buraco no quintal da residência e surpreende sua companheira com um forte golpe de pá na sua cabeça. Em seguida, apesar de saber que aquele golpe não seria suficiente para causar a morte de Rosa, a joga no interior do buraco, com a intenção de persistir nos golpes, causar sua morte e, em seguida, esconder o corpo. Ocorre que Rosa começa a chorar e implora para que Vitor pense na filha do casal. Vitor, então, cessa sua conduta, ajuda Rosa a sair do buraco e permite que ela vá se limpar, ocasião em que a vítima pula pela janela do banheiro e informa os fatos a policiais militares que passavam pela localidade. É constatada a existência de lesões de natureza leve na vítima. Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Vitor configura:

- a) tentativa de homicídio qualificado por ser contra a mulher, por condição do sexo feminino
- b) lesão corporal qualificada por ser contra companheira, em razão do arrependimento eficaz;
- c) lesão corporal qualificada por ser contra companheira, em razão da desistência voluntária;
- d) fato atípico, em razão da desistência voluntária.

**Questão 59**

Na confraternização de final de ano de um tribunal de justiça, Ulisses, servidor do órgão, e o desembargador ganharam relógios em embalagens idênticas, mas de valores bem diferentes, sendo consideravelmente mais caro o do desembargador. Ao ir embora, Ulisses se aproveitou da situação e levou consigo o presente do desembargador, acreditando que ninguém perceberia a troca. Porém, o desembargador ao notar a troca do relógio e acreditando ter sido vítima de crime, acionou a polícia civil. Testemunhas afirmaram ter visto Ulisses com a referida caixa. No dia seguinte, o servidor tomou conhecimento da repercussão dos fatos dirigiu-se espontaneamente à autoridade policial, afirmando que o relógio estava na casa de sua namorada, fornecendo o endereço, onde em seguida o referido relógio foi apreendido.

Nessa situação hipotética, a conduta de Ulisses na festa caracterizou:

- a) erro de tipo.
- b) arrependimento posterior.
- c) erro de proibição.
- d) arrependimento eficaz.

**Questão 60**

Ao final das comemorações da noite de Natal com sua família, Paulo, quando deixava o local, acabou por levar consigo o presente do seu primo Caio, acreditando ser o seu, tendo em vista que as caixas dos presentes eram idênticas. Após perceber o sumiço do seu presente e acreditando ter sido vítima de crime patrimonial, Caio compareceu à Delegacia para registrar o ocorrido, ocasião em que foram ouvidas testemunhas presenciais, que afirmaram ter visto Paulo sair com aquele objeto. Paulo, ao tomar conhecimento da investigação, compareceu em sede policial e indicou onde o objeto estava, sendo o bem apreendido no dia seguinte em sua residência. Preocupado com sua situação jurídica, Paulo procurou você como advogado (a).

Sob o ponto de vista jurídico, você poderá esclarecer que conduta praticada por Paulo impõe o reconhecimento de que:

- a) ocorreu erro de proibição, afastando a culpabilidade ou gerando causa de redução de pena, a depender de ser considerado vencível ou invencível;
- b) foi praticado crime de furto, mas deverá ser reconhecida a causa de diminuição de pena do arrependimento posterior;
- c) ocorreu erro de tipo, o que faz com que, no caso concreto, sua conduta seja considerada atípica;
- e) houve erro na execução (*aberratio ictus*), logo a conduta deverá ser considerada atípica.

**Questão 61**

Pedro e Felipe, dois naufragos, estão em alto mar disputando um único colete salva-vidas, após um raio destruir totalmente o barco que utilizavam. Sobre esta situação hipotética apresentada é CORRETO afirmar que:

- a) Caso um dos naufragos morra em razão da retirada do colete pelo outro, o sobrevivente não cometerá crime porque agiu em legítima defesa após a disputa.
- b) Caso um dos naufragos morra em razão da retirada do colete pelo outro, o sobrevivente não cometerá crime porque agiu no exercício regular de um direito.
- c) Ocorrendo o falecimento de um deles, o sobrevivente responderá por induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.
- d) Nenhum dos naufragos poderá invocar a legítima defesa contra o outro numa disputa pelo único colete salva-vidas, mas sim o estado de necessidade.

**Questão 62**

Maria é aprovada no vestibular para uma determinada Universidade Federal. No dia da matrícula, Maria, caloura, é recebida pelos alunos veteranos da universidade e submetida a um trote

acadêmico violento. Além de outras coisas que foi obrigada a fazer, Maria foi amarrada em uma cadeira de bar e obrigada a ingerir bebida alcoólica até ficar completamente embriagada e sem qualquer possibilidade de entender o que estava fazendo. Maria é liberada do trote e sai do bar, dirigindo-se até o seu veículo que estava estacionado em via pública, mas sequer consegue movimentá-lo. Abordada por policiais, devido ao estado de embriaguez, desacatou-os verbalmente. Neste caso, no que concerne ao crime de desacato:

- a) terá a pena reduzida de um a dois terços pela semi-imputabilidade.
- b) terá a pena agravada pela prática do crime em estado de embriaguez preordenada
- c) estará isenta de pena devido ao estado de embriaguez.
- d) terá a pena aumentada de 1/3 em face da embriaguez.

### Questão 63

Considere a seguinte situação hipotética e assinale a alternativa correta. Pedro e Paulo combinam de furtar uma quitanda. Acertam que, dentro do estabelecimento, um deles distrairá o dono do estabelecimento, fingindo um desmaio, enquanto o outro, sem ser visto, aproximar-se-á da caixa registradora e subtrairá, sorrateiramente, as cédulas de dinheiro que lá se encontram. No dia da ação criminosa, sem que Pedro saiba, Paulo carrega uma arma de fogo consigo. Quando Paulo finge o desmaio o dono da quitanda percebe que ele portava uma arma de fogo e foge, levando consigo a chave da caixa registradora. Paulo, então, dispara e mata o dono da quitanda. Em seguida, Paulo pega a chave, recolhe o dinheiro da caixa registradora e foge, acompanhado de Pedro.

- a) Pedro será punido com a pena do furto simples, pois quis participar de crime menos grave.
- b) Pedro será punido apenas pelo roubo, com pena aumentada pelo emprego de arma de fogo.
- c) Pedro será punido com a pena do furto qualificado, pois quis participar de crime menos grave.
- d) Pedro e Paulo, coautores unidos pelo liame subjetivo do concurso de pessoas, estarão sujeitos à mesma pena .

---

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

---

Ivan Marques

### Questão 64

Após estudar a respeito da invasão dos Bandeirantes durante o período do descobrimento do Brasil, Cezinha, revoltado com a matança indígena da época, decide se manifestar publicamente a respeito do tema. Decide colocar fogo na estátua do Borba Gato, em plena Avenida Santo Amaro, na cidade de São Paulo. Foi preso em flagrante e autuado por dano qualificado pelo emprego de substância inflamável e contra o patrimônio do Município (Pena: detenção, de seis meses a três

anos). Sabendo que Cezinha é primário e com bons antecedentes, aponte a única hipótese juridicamente cabível para o tema:

- a) se condenado criminalmente, deverá iniciar a sua pena em regime fechado, pela presença de duas qualificadoras.
- b) o Ministério Público poderá apresentar proposta de transação penal em audiência preliminar do rito sumaríssimo.
- c) não será cabível pena restritiva de direitos por força da violência empregada contra a estátua.
- d) o Ministério Público poderá apresentar proposta de acordo de não persecução penal, desde que Cezinha confesse o delito na delegacia.

### Questão 65

Manoel, jovem advogado recém aprovado no Exame de Ordem, foi contratado e habilitado por meio de procuração para ir até a Delegacia de Polícia de sua cidade para tirar fotografias de um inquérito policial. Chegando no local, teve a vista do inquérito negada. A autoridade policial fundamentou a sua negativa nos seguintes argumentos:

- I - na fase policial vigora o sigilo das investigações, válido, inclusive, para advogados legalmente habilitados.
- II - nenhum advogado tem direito a acessar as diligências em andamento.
- III - não existe medida judicial apta a reverter essa decisão.

A respeito dessa situação, marque a alternativa que apresenta a(s) assertiva(s) CORRETA(S):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II, apenas.

### Questão 66

Após 4 roubos sequenciais, em uma mesma avenida da cidade de Barueri, a moto utilizada nos roubos entra em um Parque municipal e capota. A Polícia Militar é acionada e começa a fazer buscar no Parque. 300 metros adiante, encontram Pedro, dormindo na grama. Por ser a única pessoa encontrada no Parque, Pedro é preso em flagrante pelo roubo, algemado e levado à presença das vítimas, ainda na rua, como sendo o autor dos roubos. Diante desse contexto, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Pedro poderia ter sido algemado pelo simples fato de existir a hipótese de fugir.
- b) O roubo justifica o flagrante e impede a liberdade provisória pela pluralidade de vítimas.
- c) Há grave vício no procedimento de reconhecimento do suspeito.
- d) Se houver condenação, aplicar-se-á o concurso material de crimes.

### Questão 67

O acordo de não persecução penal (ANPP) incluído no Código de Processo Penal pelo pacote anticrime (Lei 13.964/2019), possui requisitos expressos em lei. A respeito desse instituto, aponte a alternativa compatível com o texto da lei:

- a) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
- b) A indicação de proveitos da infração pelo Ministério Público abrirá incidente apartado e não impedirá a proposta do ANPP.
- c) Não há relação da espécie de crime praticado com a apresentação do ANPP.
- d) Encaminhado o inquérito policial ao Ministério Público, a apresentação da proposta por parte do representante do *Parquet* depende exclusivamente de sua vontade.

### Questão 68

Jonas foi processado e condenado pela prática do crime de ocultação de impedimento matrimonial (art. 236 do Código Penal - o fato de serem irmãos), por esconder, dolosamente, de sua noiva, Jéssica, essa inusitada situação descoberta apenas por ele, momentos antes do casamento no Cartório de Registro Civil. Diante dessa situação, um casamento entre irmãos com o noivo agindo com dolo para esconder esse fato da irmã, marque a alternativa correta:

- a) Jéssica só poderá buscar providências criminais se representar perante a autoridade policial.
- b) Jéssica só poderá buscar providências criminais se representar perante a autoridade judicial.
- c) Jéssica só poderá buscar providências criminais se representar perante o Ministério Público.
- d) a ação penal para iniciar a persecução penal contra Jonas não depende de representação.

### Questão 69

Dois irmãos acabaram se envolvendo em uma briga de bar que resultou na morte de terceira pessoa, Josias. Os irmãos foram denunciados por homicídio qualificado pelo fato da vítima ser policial civil. Durante a audiência de instrução, ficou comprovado que nenhum dos envolvidos na

briga, ou as demais testemunhas, tinham conhecimento do fato de a vítima ser policial, pois não se identificou dessa forma e estava fora de serviço. Ao final da primeira fase do Júri, Carlos, o irmão que deu início à discussão, foi pronunciado. Eduardo, o irmão mais novo que entrou na briga para defender o irmão, foi absolvido sumariamente. De acordo com as regras do sistema recursal, o Ministério Público, em relação à absolvição sumária, e a defesa de Carlos, inconformado com a pronúncia por homicídio qualificado, deverão interpor, respectivamente:

- a) Apelação e RESE.
- b) RESE para ambos.
- c) RESE e Apelação.
- d) Apelação para ambos.

---

## DIREITO DO TRABALHO

---

Priscila Ferreira

### Questão 70

João, empregado, foi eleito diretor de sociedade cooperativa, e em contrapartida, Bruno, seu irmão, foi eleito suplente. Contudo, logo após a eleição de Bruno, operou-se a sua dispensa imotivada, o que culminou no seu pleito de reintegração perante a Justiça do Trabalho.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) Bruno fará jus a reintegração já que goza das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais.
- b) João e Bruno não fazem jus a estabilidade já que não gozam das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais.
- c) Bruno não faz jus a estabilidade e tampouco a reintegração, já que não goza das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais, como ocorre com o empregado João.
- d) João e Bruno fazem jus a estabilidade e gozam das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais.

### Questão 71

Dondoca é farmacêutica na empresa “W”, laborando diretamente com agentes insalubres, em grau médio, e foi surpreendida com a notícia de que se encontra grávida de dois meses. A empregada comunica o seu estado gravídico ao empregador, sendo imediatamente afastada, e com prejuízo na percepção do adicional de insalubridade.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) A empregada não deve ser afastada de suas atividades, independente do grau de insalubridade.
- b) A empregada deve ser afastada de suas atividades apenas quando o grau de insalubridade for máximo, hipótese que ainda será devido o adicional.

- c) A empregada deve ser afastada de suas atividades, diante do contato com o agente insalubre em grau médio, mas sem prejuízo do adicional.
- d) A empregada necessariamente deverá ter o seu contrato suspenso, enquanto perdurar o seu estado gravídico.

### Questão 72

Jerusa ingressou com Reclamação Trabalhista perante a empresa “Beta” pleiteando Equiparação Salarial com seu irmão, Jaran, o qual trabalhava para o mesmo empregador e exercendo a mesma função. A inicial trabalhista tinha por base a demonstração da discriminação existente entre os empregados do sexo masculino e feminino, o que impactava diretamente nas diferenças salariais existentes.

Considerando a discriminação existente, assinale a alternativa correta:

- a) A empregada fará jus ao pagamento das diferenças salariais devidas, além de multa, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- b) A empregada fará jus ao pagamento das diferenças salariais devidas, além de multa, no valor de 20 (vinte) vezes o último salário contratual do ofensor.
- c) A empregada fará jus ao pagamento das diferenças salariais devidas, além de multa, no valor de 50 (cinquenta) vezes o último salário contratual do ofendido.
- d) A empregada fará jus apenas as diferenças salariais devidas.

### Questão 73

A empresa “XZ” determina, segundo a sua política empresarial, que os empregados trabalhem por sete dias na semana, das 8:00 às 17:00 h, com intervalo de uma hora para refeição, sendo concedida folga no 8º dia, e assim ocorrem nas semanas sucessivas.

A partir da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A jornada apresentada é lícita, de forma que a empresa deverá arcar apenas com o labor extraordinário.
- b) A concessão de repouso semanal remunerado após o quinto dia consecutivo de trabalho é ilegal, importando no pagamento em dobro.
- c) A concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho é ilegal, importando no pagamento em dobro.
- d) A concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho é lícita, importando apenas em folga compensatória.

**Questão 74**

Belmira era gerente de uma sapataria e responsável por vinte empregados da filial, mas foi dispensada abruptamente após cinco anos de labor. A empregada gerente cumpria jornada de 2ª a 6ª feira das 10h às 20h, sem intervalo, e aos sábados das 10h às 17h, com pausa alimentar de uma hora. No contracheque da empregada era apontado o pagamento de salário no importe de R\$ 3.000,00 e gratificação de função no valor de R\$ 1.000,00.

Após cinco meses de sua dispensa, a empregada ingressa com Reclamação Trabalhista e pleiteia as horas extras devidas e reflexos.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- a) Belmira, por possuir cargo de confiança, não se submete ao controle de jornada para fins de obter horas extras.
- b) Belmira, por possuir cargo de confiança, não se submete ao controle de jornada, mas fará jus a indenização do intervalo suprimido.
- c) Belmira fará jus às horas extras, uma vez que a gratificação recebida é inferior a 20% da remuneração, o que não a enquadra no cargo de confiança.
- d) Belmira fará jus às horas extras, uma vez que a gratificação recebida é inferior a 40% do salário, o que não a enquadra no cargo de confiança.

**Questão 75**

Joana é empregada com deficiência e, após os seus recorrentes afastamentos do labor, o médico a informa da necessidade de uma prótese para fins de lhe garantir uma maior acessibilidade.

Contudo, como Joana não possui meios financeiros para arcar com tal despesa, decide por movimentar a sua conta do FGTS.

Diante do exposto, e com fulcro na Lei n. 8.036/90, assinale a alternativa correta.

- a) A conta vinculada do trabalhador no FGTS não poderá ser movimentada para fins de pagamento de prótese, ainda sob prescrição médica.
- b) A conta vinculada do trabalhador no FGTS não poderá ser movimentada antes da rescisão contratual.
- c) Todo e qualquer trabalhador que precisar adquirir prótese, sob prescrição médica, poderá movimentar a conta do FGTS.
- d) O trabalhador com deficiência que, por prescrição médica, necessitar adquirir prótese para promoção de acessibilidade, poderá movimentar a conta do FGTS.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 76**

Zeca Freitas propôs Ação Rescisória, mas apenas juntou aos autos a comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda após a distribuição da ação perante o TRT da 2ª Região. Nessa circunstância, o TRT da 2ª Região deve

- a) conhecer da ação rescisória porque o Autor pode juntar a comprovação do trânsito a qualquer tempo.
- b) conhecer da ação rescisória, visto que sanado o vício pela parte autora, ainda que o protocolo tenha ocorrido intempestivamente.
- c) indeferir a ação rescisória, visto que a prova do trânsito em julgado é indispensável ao seu processamento, em qualquer circunstância.
- d) conhecer da ação rescisória desde que o Autor tenha juntado a comprovação do trânsito em julgado em atenção a determinação judicial, dentro do prazo de 15 dias da intimação.

**Questão 77**

Sr. Pipa propôs Reclamação Trabalhista perante a empresa "Somos Amigos" Ltda., da qual foi empregado, pleiteando o pagamento de indenização por dano moral e horas extras. Em sede de sentença, o magistrado deferiu o pagamento de indenização por dano moral e horas extras, mas em quantitativo inferior ao desejado na petição inicial.

Então, somente a empresa interpôs Recurso Ordinário, e o TRT manteve a sentença em todos os seus aspectos. Na sequência, o reclamante interpôs Recurso de Revista pretendendo a majoração da indenização por dano moral, como desejado na exordial.

Diante da situação, assinale a alternativa correta.

- a) O Recurso de Revista deve ser conhecido e julgado pelo TST, desde que haja violação a Constituição Federal.
- b) Não seria possível a interposição do Recurso de Revista, porque a decisão não foi prequestionada no TRT.
- c) Não seria possível a interposição do recurso de revista, já que a decisão transitou em julgado em relação ao Sr. Pipa, ocorrendo a preclusão.
- d) O Recurso de Revista deve ser conhecido e julgado pelo TST, desde que haja violação a Constituição Federal, Lei Federal, ou ainda, a Súmula Vinculante do STF.

**Questão 78**

Diante da impossibilidade de interpor Recurso pessoalmente em Coronel Murta/MG, e frente a ausência de PJE, Dr. José, advogado de Pedro Lima, interpôs Recurso Ordinário via fac-símile, e teve o recurso não recebido pelo magistrado, sob a alegação da impossibilidade do uso deste mecanismo para fins recursais.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) O magistrado agiu de forma acertada, já que não se admite o uso de fac-símile para fins de interposição de recurso.
- b) O magistrado agiu de forma equivocada, já que é possível a interposição de recurso via fax, hipótese em que os originais deverão ser juntados dentro do prazo de cinco dias, a contar do dia subsequente ao término do prazo recursal.
- c) O magistrado agiu de forma equivocada, já que deveria estipular prazo para fins de regularização do recurso.
- d) O magistrado agiu de forma equivocada, já que é possível a interposição de recurso via fax, hipótese em que os originais deverão ser juntados dentro do prazo de cinco dias úteis, a contar da interposição.

**Questão 79**

Em Reclamação Trabalhista movida por José da Vida contra a Empresa XPTO Ltda., o juiz proferiu sentença procedente em parte, mas condenou tanto o Reclamante quanto a Reclamada por litigância de má-fé. O Reclamante por ter alterado a verdade dos fatos e a Reclamada, por provocar incidente manifestamente infundado. No caso narrado, e com base na legislação vigente, é correto afirmar que

- a) é possível a condenação tanto do Reclamante quanto da Reclamada por litigância de má-fé, sendo que o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa.
- b) não é possível a condenação tanto do Reclamante quanto da Reclamada por litigância de má-fé, tendo o juiz sentenciado em desacordo com a lei.
- c) é possível a condenação tanto do reclamante quanto da reclamada por litigância de má-fé, sendo que o juiz condenará cada um em multa que deverá ser superior a 1% e inferior a 20% do valor corrigido da causa.
- d) a litigância de má-fé somente atinge as partes no processo se ficar comprovado que uma de suas testemunhas intencionalmente alterou a verdade dos fatos ou omitiu fatos essenciais ao julgamento da causa, também tendo sido condenada por litigância de má-fé.

**Questão 80**

Maria Joaquina ingressou com Reclamação Trabalhista contra seu ex-empregador, Sancho. A audiência inaugural foi marcada para o dia 18/06/2020, data em que Maria Joaquina terá a

realização de procedimento estético. Preocupada com as consequências de sua ausência no ato processual, a reclamante lhe procura em seu escritório para fins maiores orientações processuais.

Diante dos fatos narrados, assinale a alternativa correta, acerca das consequências legais pela ausência da Reclamante em audiência, considerando que ela é beneficiária da justiça gratuita.

- a) Ocorrerá o arquivamento da reclamação trabalhista, ante a ausência de motivo legalmente justificável, e será condição para propositura de nova demanda o pagamento das custas processuais decorrentes do arquivamento, ainda que Maria Joaquina seja beneficiária da justiça gratuita.
- b) A Reclamante, ante a ausência de motivo legalmente justificável, será declarada revel e confessa de todos os fatos alegados na inicial.
- c) Ocorrerá o arquivamento da Reclamação Trabalhista, com posterior extinção da ação sem resolução de mérito, podendo Joaquina ingressar com nova ação a qualquer tempo, e independente de qualquer outra condição.
- d) A reclamante deverá aguardar o prazo de 6 meses para a propositura de nova demanda, em razão dos efeitos da preempção.



# Estratégia

OAB

## ***Conheça nossos cursos:***

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

***Conheça nosso Sistema de Questões!***

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>